RELAÇÃO ENTRE OS FATOS HISTÓRICOS E A ONOMÁSTICA NO BRASIL

FLORIVAL SERAINE

Tem sido aplicada a designação de **proto-histórico** ao período que vai do descobrimento do Brasil aos primeiros esforços de colonização do País pelos portuguêses, o qual assinala o início do processo de aculturação dos indígenas em face dos invasores vindos do ultramar. Desde então podem ser observados fatos lingüísticos de importância, sob a influência dêsse processo, inclusive no domínio da onomástica.

Comecemos pela antroponímia. Os prenomes dos silvícolas eram, em geral, prenomes portuguêses, escolhidos pelos missionários catequistas, aos quais se acrescentavam ordinàriamente os respectivos nomes indígenas (**Francisco Aragiba, João Amanaí, Jorge Tagaigbuna, Antônio Caraibpocu, Francisco Cunhanhu**). Um historiador nordestino escreve a propósito: "Os indígenas nas aldeias cearenses mostraram em princípio repugnância pelo uso dos nomes de batismo; recebendo-os na sagrada pia, nem por isso os aceitavam no trato comum. Ao nome cristão que o padre lhes impunha com a água da redenção, preferiam o nome gentílico dos seus usos. Assim, embora tivessem no assento batismal os nomes do calendário romano, como José, João ou Francisco, êles falavam-se com os nomes de Boipuru, Ibiara, Cirioba, Andaguaçu, Pitiúba, Igoraíba e outros semelhantes da sua linguagem nativa. (1)

---

(1) **Tristão de Alencar Araripe — História da Provincia do Ceará — pág. 77 Recife, 1887.**

Aparecem, contudo, nos documentos históricos alguns nomes próprios de aborígines, geralmente notabilizados por seus feitos e tamos os seguintes: **Baltazar** e **José Vasconcelos, Filipe de Sousa** (os auxílios à colonização, com prenome e sobrenome portuguêses. Cidois últimos agraciados com o título de Dom), **Matias Monteiro, André Francisco, Domingos Dias, Francisco de Sousa, José de Amorim, Matias Tavares** e outros, que são ainda mencionados nas primeiras décadas do século XVIII. (2)

Durante a época da escravidão negra, no Brasil, as páginas da história nacional registam vários nomes de africanos e seus descendentes. O que se observa aí mais freqüentemente é um prenome, escolhido entre prenomes portuguêses usualmente adotados, ser seguido do nome de uma região da África, certamente a mesma de onde procedia o escravo: **Antônio Cabo Verde, João Mina, Bento Angola** etc. As vêzes, o sobrenome se relacionava com a raça do indivíduo: **Luís Crioulo**, ou correspondia a algum topônimo regional: **Luís Aracati.**

É interessante notar que os prenomes dos negros eram sempre procurados entre aquêles que não eram usados comumente pelos brancos, pertencentes a classes sociais mais elevadas. Masculinos: **Benedito, Constantino, Elias, Filipe,** Femininos: **Androsa, Bonifácia** e outros.

Evocando o tão curto e malogrado domínio holandês no Nordeste brasileiro, surge ainda em Pernambuco e Rio Grande do Norte, especialmente, o sobrenome **Vanderlei**, que no Ceará já registamos como prenome. (3)

Certos movimentos de idéias com projeção universal produziram reflexos sôbre a onomástica, a exemplo da Ilustração, que motivou, no Brasil, a aplicação de grande quantidade de nomes da história antiga, da antiguidade clássica, grega e romana, os quais até então não haviam sido empregados. Não nos deteremos a respeito. Pois, o que interessa, evidentemente, ressaltar nesta comunicação, são apenas aquêles acontecimentos históricos que, com relação à antroponímia, acusam uma impressão regional ou nacional mais amplamente caracterizada.

Nos primeiros decênios do século XIX, ou pouco antes e depois da Independência, verificam-se agitações de caráter nativista, que

---

(2) **Guilherme Studart — Documentos para a História do Brasil, e especialmente a do Ceará** — Vol. I (1608-1625) — Fortaleza, 1904; Vol. II — Fortaleza, 1909; Vol. III — Fortaleza, 1910.

(3) **Carlos Xavier Pais Barreto — Sangue Estrangeiro e Indígena no Povoamento Nordestino** — In «Rev. das Academias de Letras» — Rio de Janeiro, 1.º Sem. 1948 — págs. 77 e 78.

manifestam o estado de espírito dos nacionais para com a metrópole lusitana. A **Confederação do Equador** constitui um movimento de significação histórica, que abalou todo o Nordeste brasileiro. Vejamos, a propósito, o que nos oferecem os documentos sobrevindos dessa época, bem como as obras dos historiadores locais. Perceberemos, assim, as modificações sofridas pela antroponímia desde êsses anos plenos de agitação moral e política.

A aposição de um sobrenome indígena ao nome da família do indivíduo representa aí a inovação antroponímica, que mesmo os principais da província não hesitam em adotar, como demonstração de rebeldia espiritual. Eis alguns exemplos: José Francisco Liberal **Capibaribe**, Vitoriano Correia da Silva **Parangaba**, Caetano Pereira **Maracanã**, Joaquim Ferreira Lima **Jitirana** e muitos outros. Por essa época, algumas mulheres possuidoras de tendências liberais fizeram uso dos mesmos processos. E então surgem nomes como êstes: Josefa Clara da Conceição **Paturi**, Maria Joaquina de Jesus **Jaçanã**. (4)

Observe-se que nem todos êsses sobrenomes, adicionados aos verdadeiros nomes das pessoas, são palavras tupis ou de outra origem indígena.

Certos dêsses antropônimos, ainda que pertencentes ao vocabulário da flora e fauna regionais, não são de etimologia indígena e indicam apenas que o essencial, a propósito, era que êles oferecessem uma expressão nativa, americana (**Alecrim, Palmito, Jacaré, Pau-brasil**). Há, entretanto, pessoas que não se contentam com a aposição de um sobrenome indígena e preferem a combinação de dois sobrenomes da mesma procedência, como nos seguintes casos: **Murici Surucucu, Baraúna Mossoró, Araripe Sucupira.** A maioria dos nomes citados continua a figurar, em nossos dias, entre os nomes de família de vários brasileiros, tendo-se reproduzido de gerações a gerações. (*)

No que concerne à toponímia, não é também possível desprezar os fatos históricos da colonização no Nordeste brasileiro, durante os seus primeiros séculos.

Além da persistência de numerosas formas indígenas, originá-

(4) **Acta da Sessão Extraordinária do Grande Conselho Provincial da Confederação do Equador** — 27 de agôsto de 1826. V. ainda, João Brígido — **Miscelânea Histórica**, pág. 11 — Ceará, 1899.

(*) Expressou-se João Brígido a propósito: «Foi por êsse tempo que o padre Gonçalo, à imitação de outros, substituiu o seu cognome de Melo pelo de Mororó, planta cearense. Vêm dessa época os apelidos de Araripe, Ibiapina, Areré, Sucupira, Buriti, Anta, Suçuarana e tantos outros que se perpetuaram na província e traduzem adesões à Independência.»

rias dos primitivos habitantes do País, que subsistem, apesar das alterações fonéticas devidas à sua pronúncia pelos portuguêses, desde então observam-se modificações no tocante mesmo aos topônimos nativos. Muitos nomes de lugar que pertenciam aos antigos idiomas **tapuia** e **cariri** são então substituídos por palavras da língua tupi, que cada vez mais se generaliza, graças à ação dos missionários e à penetração dos colonizadores até os lugares mais distantes do País. Êstes personagens faziam-se acompanhar de indígenas já catequizados, que lhes serviam de **ciceroni** e falavam o **tupi-guarani** ou a chamada **língua geral.**

Encontra-se, de outra parte, uma grande variedade de palavras da língua portuguêsa, na toponímia regional, as quais são representadas por nomes comuns, designações de caráter religioso ou místico e mesmo por antropônimos. Êstes são, em geral, aplicados para render homenagem a algum dos colonizadores ou proprietários de terras, chamadas sesmarias (**Maria Pereira, Gracisman, Feitosa, Barbalho**).

Os nomes comuns da toponímia brasileira entram em elevada proporção no léxico português, conquanto se possa ligá-los a fontes distintas: latina, grega, árabe e outras.

Entre êsses nomes de lugares vêem-se arcaísmos ou formas obsoletas, assim como palavras novas formadas em grande parte por derivação sufixal.

Citamos, entre aquêles: **Almofala, Angustura, Amontada, Alagoa**; e entre os últimos: **Lameirão** (de lameiro) lama, **Frecheirinha** (de frecheira) frecha; **Chaval** (de chave); **Varjota** (de vargem). Observam-se também nomes compostos: **Alagadiço-Grande, Água-Verde, Cajueiro-do-Ministro, Córrego-Nôvo** etc.

Há, no entanto, o registrar ainda aquêles têrmos chamados **brasileirismos semânticos**, os quais, conservando suas formas portuguêsas, mudaram de sentido no meio americano. Eis alguns casos: **Coroa**, também **Crôa** (banco de areia nos estuários dos rios e lagunas); **Malhada** (lugar à sombra das árvores onde o gado vem abrigar-se do sol); **Picada** (caminho aberto a facão através da mata) etc. etc.

Os fatos de **hibridismo** (português e indígena) não são excepcionais.

Alguns são nomes compostos, cujo elemento indígena, as mais das vêzes, já pertencia ao português geral. Citamos, entre outros, os seguintes: **Barra-da-Caponga, Tapera-Acima, Catinga-Redonda, Buriti-dos-Oleiros.**

Existe, todavia, o topônimo **Cunhã de Freitas**, que apresenta uma forma tupi em sua composição, a qual, até hoje, não ingressou na língua normal, culta dos brasileiros.

Um caso de hibridismo muito interessante é a justaposição **Cabarutinga**, na qual o vocábulo português **cavalo** foi reformado pelos aborígines (**cabaru**).

O nome composto **Capim Pubo**, constituído de dois nomes comuns de origem tupi-um, o substantivo **capim**; o outro, o adjetivo **pubo** (azêdo, fermentado) oferece um exemplo de adaptação ao gênero masculino em português de uma forma tupi que era usada com a desinência do feminino (mandioca **puba** etc.)

Os topônimos de origem africana já se acham incorporados ao português geral, ao menos no Norte e Nordeste do país. Sem dúvida, não foram, como certos nomes indígenas de lugar, retirados diretamente da língua originária para ser aplicados à geografia regional, se bem que possam oferecer designações mais ou menos exatas, seja de alguns fragmentos da realidade cultural, seja de determinados aspectos da natureza (**Mocambo, Zumbi, Cacimba, Macaco** etc.).

Contudo, no que tange às relações entre a toponímia e os fatos históricos no Brasil, o que deve merecer especial destaque ocorre apenas no século XVIII.

Em 1758, o Marquês de Pombal, ministro do rei José I, utilizando-se de uma Ordem Régia datada de 6 de maio dêsse ano, determinou ao Governador de Pernambuco que aplicasse nomes de localidades portuguêsas às aldeias brasileiras que, criadas pelos jesuítas, contassem mais de cinqüenta fogos, as quais deveriam desde então ser elevadas à categoria de cidades.

Os historiadores interpretam êsse acontecimento histórico de maneiras diversas. Uns o consideram apenas o reflexo dos sentimentos hostis do poderoso ministro em relação aos jesuítas, desde que o seu plano, no momento, consistia em perseguir e aniquilar os ditos missionários. Outros estudiosos discordam dessa opinião e vêem na medida governamental apenas uma barreira à expansão da língua tupi entre as populações brasileiras, em via de tornar-se, por essa época, uma ameaça à hegemonia da língua culta.

De qualquer maneira, pode observar-se, então, como resultado do cumprimento da Ordem Régia, a substituição de vários topônimos primitivos, de origem indígena, por nomes de localidades portuguêsas. Alguns dêstes se conservaram até o momento atual. **Sobral, Crato, Granja, Viçosa, Arneiroz, Messejana, Almofala.** Exceto os últimos, que denominam duas povoações, todos os outros representam designações de cidades, entre as quais os dois mais importantes centros urbanos do interior do Estado do Ceará — Sobral e Crato. Ocupar-nos-emos dêles ligeiramente, **Messejana** (*) e **Almofala** são duas palavras de origem árabe — a primeira derivada de **sajana** ou **sejana** (encarcerar, cárcere, prisão); a segunda (**al-ma-**

halla), com o significado de acampamento, arraial. (5) **Crato** tem origem antiga, mas não ainda perfeitamente elucidada (**Ucrate?**) (6), **Arneiroz** corresponderá ao plural do diminutivo medieval **arneiró** (de **arenariola**). **Sobral** significa mata de sobreiros; de sôbre (**suber, suberis**), árvore de que se extrai cortiça. **Viçosa** e **Granja** são dois nomes registados em todos os léxicos do idioma com as acepções conhecidas do povo, no Brasil e em Portugal.

Acontece, porém, que alguns dêsses topônimos, impostos pela administração metropolitana, não subsistiram.

É assim que **Montemor-o Nôvo, Montemor-o Velho** e **Arronches** desapareceram, e hoje correspondem, respectivamente, a **Baturité, Pacajus** e **Parangaba.**

Ninguém se refere, em nossos dias, aos nomes portuguêses que vieram substituir as formas indígenas, à exceção do topônimo **Soure** que, apesar do decreto que o baniu de todos os documentos oficiais, não desapareceu por completo do falar do povo, sendo usado, às vêzes, em lugar da palavra indígena **Caucaia.** Soure evoca a forma latina **Saurium,** aplicada pelos romanos a uma localidade cuja posição geográfica deveria ser a mesma da vila portuguêsa. Tem-se discutido acêrca da origem do topônimo **Aquiraz,** pequena cidade, cuja importância histórica reconhecem os historiadores, pois ela disputara outrora com Fortaleza o direito de ser a Capital do Ceará. Uns lhe atribuem etimologias indígenas, mas há outros que discordam das mesmas.

De fato, é impossível aceitar as extravagantes interpretações com palavras tupis, elaboradas por estudiosos como Teodoro Sampaio e Paulino Nogueira. Parece-nos mais razoável explicar **Aquiraz** vinculando-o a uma origem portuguêsa: **Quiraz** (freguesia no Concelho de Barcelos, pertencente ao distrito de Braga, da província do Minho), que, mediante conhecida e freqüente prótese popular, teria dado a forma do topônimo em vigor desde o início do século

---

(*) O grande romancista nacional José de Alencar, aliás, nascido na localidade de Messejana, deu a êsse topônimo interpretação etimológica de fonte indígena, assim decompondo o nome: «de **cejar**, abandonar; a desinência **ana**, indicativa da pessoa que exercita a significação do verbo, e a partícula **mo**, do verbo **monhang**, fazer — o que fêz abandonar ou foi ocasião ou lugar de abandonar».

Autores houve que atribuíram a procedência de Crato de um pretenso **curato** (Curato de S. Fideles), de que seria corrupção.

(5) **José Pedro Machado — Influência Arábica no Vocabulário Português — In «Revista de Portugal» — Vol. XXVI — págs. 224-225 — Lisboa, maio 1961.**

(6) **I. Xavier Fernandes — Topônimos e Gentílicos — II vol., págs. 121 e segs. — Pôrto, 1943.**

XVIII, segundo documentos existentes em arquivos brasileiros. Pode dizer-se, então, que o citado topônimo não pertence à categoria dos nomes de lugar de Portugal no Brasil que procedem da obediência à Ordem Régia de 1758. (7)

O insigne lingüista Alberto Dauzat denomina espontâneas as mutações toponímicas do gênero de Aquiraz, para distingui-las das sistemáticas, isto é, daquelas que, como Sobral e outras, foram adotadas em conseqüência da imposição de uma autoridade central. (8)

Em virtude de Almofala e Arneirós serem localidades destituídas de importância demográfica e, além disso, como elas não figuram nas listas de "substituições sistemáticas", organizadas por alguns historiadores, pode considerar-se também que ditos topônimos resultem de mutações espontâneas. Importa notar aqui o fato de que essas duas palavras são formas obsoletas, desusadas desde muito tempo na linguagem corrente, tanto em Portugal como no Brasil, e cujas significações se ajustam, todavia, às configurações do meio (físico ou cultural) a que correspondem como topônimos no Brasil.

Pode-se então sugerir que se trata aqui de verdadeiro fenômeno lexicográfico ou semântico — os nomes comuns **almofala e arneirós** tendo sido ainda usados, no Ceará, à época de sua aplicação à toponímia regional. Mas, ao contrário, pode tratar-se, no caso, de mera coincidência, não apresentando o fato onomástico relação com os sentidos primitivos dos vocábulos.

Nesta última hipótese, a mutação poderá emanar de um ato de sentimentalismo do lusitano, a evocar o burgo natal ou alguma localidade do seu país, fixada vivamente na memória.

Em conclusão, julgamos necessário acentuar o conceito de **acidente histórico,** no tocante aos estudos de onomástica no plano da diacronia. Pelo menos em um sentido mais imediato, as causas das mudanças — como se viu — podem surgir tanto do exterior como do próprio seio da cultura. Deve frisar-se que se consideram os fatos determinantes das inovações como tendo ocorrido de maneira imprevisível, inesperada, em face das tendências e das normas seguidas então para a escolha dos nomes próprios.

Pode-se caracterizar, no domínio da Antroponímia, os dois aspectos da evolução onomástica: o que depende das **tendências culturais** dos brasileiros e o que se origina em um **acidente histórico,** procurando analisar as causas psicológicas das adjunções de sobrenomes indígenas, quer seja entre os próprios habitantes primitivos

(7) **Documentos da Câmara Municipal de Aquiraz** — (Arquivo Público do Estado do Ceará). V. ainda, Florival Seraine — **Topônimos de Portugal** no **Ceará** — «Rev. de Portugal», vol. **XXVII** — Lisboa, 1962.

(8) **A. Dauzat** — **Les Noms de Lieux** — Paris, 1951 — págs. 41 e segs.

do país, no início da colonização, quer seja entre os brasileiros dos anos próximos à Independência nacional. No primeiro caso, o que se observa são, evidentemente reflexos de tendências contra-aculturativas, em face da imposição da cultura superior, a qual aí se manifesta através da aplicação aos nativos dos prenomes portuguêses, efetuada pelos missionários no momento do batismo cristão. Trata-se de ocorrência que, encarada como fenômeno lingüístico, enquanto expressão da vida humana, corresponde a uma situação cultural autêntica, bem integrada funcionalmente no tempo e no espaço. Quanto ao outro caso de aposições de sobrenomes indígenas, é preciso acentuar o fato de que elas são executadas em um quadro cultural completamente modificado, no decorrer dos longos anos sob a dominação lusa.

O normal, o que então se deveria esperar regularmente dos indivíduos, seria o uso dos sobrenomes trazidos pelos portuguêses e transmitidos de geração a geração, com alterações de pequena monta. É preciso reconhecer que, por essa época, o brasileiro, em todos os núcleos de civilização, falava o português do Brasil, que já se achava constituído quase com a estrutura gramatical e léxica que mantém até o presente. As aludidas adjunções exprimem, sem dúvida, um estado psicológico observado entre os nacionais, um estado de sublevação espiritual dos brasileiros contra a metrópole portuguêsa. Mas elas não seguem a evolução lingüística do Brasil em seu curso normal, a qual pensamos dever apreciar aqui em relação direta com o mesmo processo cultural em sua totalidade. E — está visto — para relacioná-la aos problemas de onomástica aqui suscitados. Importaria, pois, examinar o tema encarando aquêle conceito de "sincronia diacrônica", que usa B. E. Vidos em um de seus trabalhos. (9)

A respeito da toponímia, as mudanças cujas origens se acham visìvelmente fora do país, tais como Crato, Sobral etc., é claro que não apresentarão dificuldades à análise, em face dos dois conceitos aqui encarados. Salvo as exceções de topônimos alienígenas, escolhidos, provàvelmente, em um ato de mera fantasia ou capricho individual, a exemplo de **Salamanca, Transval, Tusculanam** etc., e os quais não passam de designações sem importância fisiográfica; afora êsses casos e algum outro, esporádico, que possa representar um movimento da alma lusitana, tomada de nostalgia ou de gratidão por certo lugar na pátria distante, todos os outros casos decorrem de um **acidente histórico,** expressão esta que — deve acen-

(9) **B. E. Vidos** — **Emprunt et Termes Techniques** — In «Actas do IX Congresso Internacional de Lingüística Românica» — Vol. I — pág. 295.

tuar-se — não implica ausência de causa e antes reconhece a multiplicidade de fatôres podendo servir de causa. No sentido que dá à locução a Antropologia Cultural, ela compreende os acontecimentos sucedidos fora de todo seguimento previsto, mas, aplicada à noção de cultura, foge a todo matiz qualitativo. (10)

As tendências gerais seriam, evidentemente, de aplicar aos lugares nomes de uso corrente, fôssem êles de origem portuguêsa, indígena ou africana, assim como se aplicar, em idênticos casos, formas constituídas de elementos pertencentes aos idiomas falados no país, antes de terminado o processo de aculturação lingüística. Nomes simples ou compostos, em suma, formas que exprimissem objetos e situações relativas à própria cultura ou ao seu ambiente natural, os quais teriam tocado o espírito dos primitivos habitantes do grande país sul-americano, ou o dos seus novos povoadores.

Todavia, não se deve esquecer que, nesta comunicação, as pesquisas não atingem o século XX, em o qual sobrevêm profundas alterações no campo da toponímia, determinando a própria elaboração erudita de novos topônimos para substituir antigas designações.

---

(10) **M. J. Herskovits — Man and his Works** — Nova Iorque, 1948. V. o capítulo sôbre «Tendência cultural e acidente histórico».